

Memória de Reunião

Grupo de Trabalho do PDUI-RMS/ Meio Ambiente e Resíduos Sólidos

Data: 13.6.2018

Síntese da discussão:

Fabiana (Emplasa) começa lembrando as alterações e inclusões sugeridas pelo grupo na redação de algumas propostas estruturadas e, que ainda precisam ser formatadas em uma redação que possa ser analisada e validada por todos os membros do GT. Essa redação será enviada até o dia 22/06, sexta-feira anterior à próxima reunião, para que o grupo tenha um tempo de leitura e, finalmente, possamos finalizar nossas discussões das propostas recebidas. Vale ressaltar que algumas inclusões deverão ser feitas, como por exemplo, na política ambiental rural, mudanças climáticas, defesa civil e arborização urbana.

A técnica da Emplasa mostrou o formato que o relatório deverá ter para compor, com os relatórios finais dos outros GTs, o Relatório Preliminar de Propostas que será publicado na plataforma e servirá de base para as discussões nas audiências públicas. O relatório deverá conter as 12 macrodiretrizes do eixo Meio Ambiente e Resíduos Sólidos e todas as propostas que chegaram através da plataforma e foram analisadas pelo grupo. Essas propostas serão apresentadas da seguinte forma: o título e uma breve síntese do teor da proposta inclusive indicando as referências utilizadas pelo autor, à discussão da proposta no GT e seu encaminhamento, procurando sempre detalhar o máximo possível. No total foram 28 propostas recebidas pela plataforma e que foram objeto de análise pelo grupo.

Fabiana lembrou a necessidade de se elaborar a proposta a respeito de loteamentos e Eleusa disse que já tinha feito um primeiro esboço e tentaria concluir para a próxima reunião. Fabiana perguntou se teria algum material da revisão do plano de bacias e Vicente respondeu que, como ele estava fazendo um termo de saneamento, ele precisou da revisão do plano, mas não soube informar se já era a versão final ao que Fabiana respondeu que não necessariamente precisaria ser a última versão, pois apenas gostaríamos de fazer uma leitura e analisar se nas nossas propostas estaria tudo sendo contemplado. Acentuou que, por se tratar de um diagnóstico muito rico e já com algum plano de ação, seria importante utilizá-lo para conhecer um pouco mais da região e reforçar dentro do PDUI, orientações importantes contidas nesse estudo.

Eleusa disse que passaria, também, o material do Fórum Mundial da Água 2018.

Marilda falou da interface do Eixo Meio Ambiente e Resíduos Sólidos com o tema Educação e que, demandado pelo Comitê Executivo, todos os GTs fizeram essa discussão.

Fabiana leu a proposta formulada e enfatizou que essa interface fica mais nítida na Macrodiretriz cinco: “Garantir a disponibilidade, a qualidade e uso racional dos recursos hídricos, incentivando o reuso da água” e na Proposta Estruturada nº 4 (item b): “Promover a educação e conscientização da sociedade em relação à mudança do clima e estimular a ampla participação no processo de mitigação e de adaptação às transformações no clima local e regional”. A intenção é que essas propostas e macrodiretrizes sejam objeto de acompanhamento, após a aprovação da lei. Fabiana abriu a discussão para que todos pudessem opinar, complementar e formular novas propostas para essa temática. Uma proposta, que foi enviada para o GT de Mobilidade e Logística, fazia referência à promoção do uso de outros modais com menor impacto ambiental.

Eleusa lembrou a Política do Papel Zero, implementada em alguns órgãos federais e estaduais, e que isto seja incluído também para os municípios e prefeituras. Citou alguns exemplos de outros órgãos como a CETESB e o DAEE que já fazem parte dessa política. Foi apresentado ao grupo pela Eleusa, o assunto sobre as Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU), no qual os municípios tem que enquadrar suas atividades em políticas sustentáveis. Fabiana indagou se alguma prefeitura já estava adotando alguma ação nesse sentido e lembrou-se da A3P, que é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade.

Wagner mencionou a existência de um grupo, na Secretaria do meio Ambiente, que trabalha com compras sustentáveis e que seria interessante reverberar essa experiência. Eleusa se dispôs a conversar com a responsável, na AGU, pelo programa de licitações sustentáveis para elaborar uma proposta nesse sentido.

Vidal lembrou que existe uma nova diretriz para reorganizar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deixa uma margem para que as escolas montem os seus currículos e poderia ser uma oportunidade para o PDUI apontar a necessidade de se reforçar as disciplina de educação ambiental.

Fabiana lembrou da proposta sobre Instrumentos Econômicos para Conservação Ambiental, que precisa ser melhor discutida para ter uma clareza maior do que é importante para a região. Foram enviados questionários para que todas as prefeituras apontassem quais serviços ambientais seriam prioritários para proteger e para se aplicar instrumentos econômicos compensatórios. O retorno foi muito pequeno e, seria importante definir algumas prioridades nesse primeiro PDUI.

Jean, da Prefeitura Municipal de Ibiúna, falou sobre um trabalho feito junto ao Comitê de Bacias relacionado ao pagamento por serviço ambiental na região. É um trabalho do prof. Emerson e equipe, que já estuda o assunto há oito anos, e que estabelece alguns parâmetros e níveis de prioridade para cada atividade que seja passível de

compensação financeira. Esse material será enviado posteriormente para o grupo. Foi frisado pela Fabiana que o tema sobre instrumentos econômicos precisa de mais sustentação.

A Vanessa trouxe a questão da oficina sobre os Serviços Ecosistêmicos da Fundação Florestal.

Fabiana ressaltou a importância do contato com o prof. Emerson e Eleusa vai tentar um contato com ele para que ele explique os parâmetros utilizados, pois, utilizando essa metodologia foi possível a definição de quatro áreas prioritárias. Jean explicou brevemente a metodologia e Fabiana acredita que é muito semelhante à desenvolvida pelo Nalon , da Secretaria do Meio Ambiente, para determinar o peso dos Serviços Ecosistêmicos em determinada região, através de pontuação de variáveis selecionadas. Seria muito interessante agregar essas duas metodologias, reforçando a ideia do PDUI que é juntar forças, unir a universidade, órgãos estaduais e os municípios propiciando relações que se transformem num acompanhamento constante das questões regionais.

Fabiana adiantou que a próxima reunião do GT, provavelmente será de fechamento dessas questões mais gerais, relativas às propostas e às macrodiretrizes. Mas essa questão dos instrumentos econômicos será discutida no âmbito do GT de Macrozoneamento e conforme as conversas forem evoluindo, poderemos nos reunir para incorporar os avanços e deixar nossa proposta mais estruturada.

O material trabalhado até agora será enviado a todos para que possa ser analisado e, as sugestões, alterações e críticas serão pautadas na próxima reunião do grupo.